



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ
C.N.P.J. Nº 05.119.854/0001-05
GABINETE DO PREFEITO
"Afuá – a Veneza Marajoara"



DECRETO nº 023/2021 – GAB/PMA, de 21 de Janeiro de 2021

Dispõe sobre as medidas do MUNICÍPIO no COMBATE ao CORONAVÍRUS (COVID-19), no âmbito do Município de Afuá, face à classificação do vírus como pandemia, e em razão do crescimento do número de infectados no Município de Afuá, bem como por causa do surto de sarampo identificado nos últimos dias nos Estados do Pará e Amapá, com vários casos confirmados no Município de Afuá, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Afuá – Estado do Pará, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 86 inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Afuá-PA, e;

Considerando que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações de serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o pedido da Organização Mundial de Saúde (OMS), para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o teor da Portaria 188/GM/MS, publicado no Diário Oficial da União em 04 de Fevereiro de 2020, oriunda do Ministério da Saúde, a qual reconhece e declara situação de Emergência em Saúde Pública com Importância Nacional – ESPIN, em decorrência da infecção humana proveniente do COVID-19 (SARS-COV-2);

Considerando os dados disponíveis até o momento, em que uma pessoa infectada pelo vírus COVID-19 pode transmitir para até 2,74 novas pessoas, tendo como referência que uma pessoa infectada por H1N1 transmitia para 1,5 pessoas na pandemia de 2009;

Considerando que ainda não começou a vacinação, a intervenção não farmacêutica se torna a estratégia de resposta mais importante, visando reduzir o impacto da doença e a velocidade da transmissão do vírus para retardar a progressão da pandemia, evitando assim o esgotamento dos serviços de saúde;

Considerando que a Câmara dos Deputados aprovou no dia 18 de março de 2020 o projeto do Governo Federal que Decreta Estado de Calamidade Pública no Brasil em razão da pandemia do novo Coronavírus;

9.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ
C.N.P.J. Nº 05.119.854/0001-05
GABINETE DO PREFEITO
"Afuá – a Veneza Marajoara"



Considerando a recomendação 01/2020 do Ministério Público Estadual, referente as medidas de combate e prevenção ao COVID-19;

Considerando que há evidências de transmissão do vírus por pessoas que ainda não apresentaram sintomas;

Considerando que o COVID-19 tem taxa de mortalidade que se eleva entre idosos e pessoas com doenças crônicas;

Considerando que a aglomeração de pessoas aumenta o risco de proliferação do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Estadual nº 687/2020 do Governo do Estado do Pará que Decreta Estado de Calamidade Pública, no âmbito do Estado do Pará, em virtude da emergência de saúde pública de importância internacional do desastre classificado e codificado como doenças Infecciosas Virais – COBRADE 1.5.1.1.0, conforme IN/MI nº 02/201/SEDEC, do Novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Estadual nº 800/2020 do Governo do Estado do Pará publicado em 21.01.2021 estabelecendo que desde que não haja previsão de regra mais restritiva, proibi a abertura de bares, boates, casas de shows e estabelecimentos afins, bem como, a realização de shows e festas abertas ao público, onde também estabelece multa diária de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para pessoas jurídicas, a ser duplicada por cada reincidência; multa diária de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para pessoas físicas, MEI, ME, e EPP's, a ser duplicada por cada reincidência; e embargo e/ou interdição de estabelecimentos;

Considerando a Lei Federal 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Lei Federal 14.019 de 02 de julho de 2020 que dispõe sobre o enfrentamento de emergência da saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pela pandemia do COVID-19, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, entre outras medidas, o uso obrigatório de máscaras de proteção individual;

Considerando que o Município de Afuá, nos últimos dias apresentou um quadro crescente e preocupante de novos casos de COVID-19, e segundo dados do boletim nº 83 da Secretaria Municipal de Saúde de Afuá do dia 14.01.2021, já contávamos com 2.568 casos confirmados, 15 mortes, com mais 40 casos notificados como suspeitos, e 73 pessoas em tratamento domiciliar;

Considerando que o Estado do Pará e o Estado Amapá, continuam a sofrer a segunda onda de infecção do Novo coronavírus, e nos últimos dias os dois Estados têm ficado no vermelho, com muitas pessoas internadas e com o aumento do número de mortes decorrentes do COVID-19;

9.



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ
C.N.P.J. Nº 05.119.854/0001-05
GABINETE DO PREFEITO
"Afuá – a Veneza Marajoara"



Considerando que além do COVID-19, nos últimos dias através do Boletim Epidemiológico nº 04 – SVS/Amapá, o vizinho e fronteiro Estado do Amapá informou um surto de SARAMPO, inclusive nas cidade de Macapá e Santana, sendo que o sarampo é altamente contagioso, e já foram identificados vários casos de contágio de sarampo em Afuá nos últimos dias.

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Afuá.

DECRETA:

Art. 1º. Prorroga a validade dos Decretos 135, 136, 137, 157, 159, 162, 163, 170, 172, 174, 180, 190, 193, 200, 202, e 222/2020/GAB/PMA, e 010/2021/GAB/PMA, nos dispositivos que não contrariarem o presente Decreto, os quais passam a vigorar até cessarem os riscos de proliferação do COVID-19;

Art. 2º. Permanecem proibidos os eventos ou reuniões no âmbito do Município de Afuá independentemente do número de pessoas, até cessarem os riscos de proliferação do COVID-19;

§ 1º. As pessoas que forem flagradas, em via pública, praças ou em qualquer logradouro público, violando o disposto no *caput* deste artigo, serão multadas no valor de R\$500,00 a R\$5.000,00(de acordo com o poder econômico do infrator); e terão suas bebidas, seus aparelhos de som, caixas de som, ou bicitáxi apreendidos, e só poderão retirar seus objetos mediante o pagamento da multa;

§ 2º. Flexibiliza o disposto no *caput* deste artigo apenas às práticas esportivas (agendadas para os espaços e horários disponíveis – não podendo haver torcida no local); às atividades físicas das academias (com limitação de pessoas a 50% da capacidade do local); aos cultos e missas religiosos; e as reuniões do comitê de enfrentamento do COVID-19, mas, em todas as hipóteses deve ser obedecido o distanciamento de 1m (um metro) entre as pessoas, as regras de assepsia (pia com água/sabão e/ou álcool em gel 70%), e o uso de máscara de proteção de boca e nariz, até cessarem os riscos de proliferação do COVID-19;

Art. 3º. Permanecem proibidos de funcionar as casas de show, boites, e bares, em todo o Município de Afuá, até cessarem os riscos de proliferação do COVID-19;

Art. 4º. Permanecem **proibidas**, no Município de Afuá (sede e interior), as **aglomerações** de pessoas nas ruas, praças, vilas, e em todos e quaisquer logradouros públicos ou privados, até cessarem os riscos de proliferação do COVID-19;

Art. 5º. Permanece proibida a circulação de pessoas nas ruas e nos logradouros públicos de todo o Município de Afuá sem o uso de máscaras de proteção individual, estando as instituições públicas e privadas autorizadas a impedir

5



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ
C.N.P.J. Nº 05.119.854/0001-05
GABINETE DO PREFEITO
"Afuá – a Veneza Marajoara"



o acesso ao estabelecimento de pessoas sem máscara, até cessarem os riscos de proliferação do COVID-19;

§ 1º. As pessoas que forem flagradas violando o disposto no *caput* deste Decreto, circulando sem máscara, serão multadas em R\$150,00, e as que resistirem ao cumprimento do Decreto serão detidas e encaminhadas para a Delegacia de Polícia;

§ 2º. As pessoas que forem flagradas circulando fora do horário permitido nestes Decreto além da multa pessoal, terão seus meios de transporte (bicicleta, triciclo e bicitáxi) apreendidos, os quais só poderão ser devolvidos após o pagamento da multa de R\$150,00 para bicicletas, R\$200,00 para triciclos e R\$500,00 para bicitáxis;

Art. 6º. Estabelece que o **comércio em geral** no âmbito do Município de Afuá só poderá funcionar no horário de 06h até às 18h, devendo ainda ser obedecido o distanciamento de 1m (um metro) entre as pessoas, e as regras de assepsia (pia com água/sabão e/ou álcool em gel 70%), até cessarem os riscos de proliferação do COVID-19; em caso de descumprimento o infrator será notificado, e em caso de resistência será imediatamente autuado com a aplicação imediata da multa e interdição do estabelecimento comercial, e a cassação do alvará de licença e funcionamento, e os estabelecimentos comerciais que não possuírem alvará serão interditados/fechados até que regularizem sua situação junto ao Município;

§ 1º. Excetuam-se às regras do *caput* deste artigo apenas as farmácias, batedeiras de açaí, e revendedores de combustível, até cessarem os riscos de proliferação do COVID-19, devendo ser obedecido o distanciamento de 1m (um metro) entre as pessoas, as regras de assepsia (pia com água/sabão e/ou álcool em gel 70%), e o uso de máscaras de proteção de boca e nariz;

§ 2º. Os restaurantes, lanchonetes, pizzarias, e similares, estão incluídos no *caput* deste artigo, e a fim de evitar aglomeração de pessoas, deverão priorizar pela entrega domiciliar de seus produtos; e no horário de 18h até 21h somente para atendimento *delivery*, e seus entregadores devem estar equipados no mínimo com máscaras de proteção, e usar álcool gel para assepsia até cessarem os riscos de proliferação do COVID-19;

Art. 7º. Restringe o transporte de passageiros nas embarcações de entrada e saída no Município de Afuá, ficando limitada a lotação de cada viagem a 30% (trinta por cento), da capacidade da embarcação; todos os tripulantes e passageiros devem usar máscara de proteção de boca e nariz durante todo o tempo que estiverem nas embarcações; e em todos os casos, nas embarcações deve ser disponibilizado aos passageiros álcool gel 70% para higienização; bem como deverão realizar a assepsia com água sanitária 2,5% na embarcação, antes e depois de cada viagem; além disso, deverão disponibilizar a lista de passageiros para os fiscais de combate ao COVID-19 a cada viagem, até cessarem os riscos de proliferação do COVID-19; em caso de

07



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFUÁ
C.N.P.J. Nº 05.119.854/0001-05
GABINETE DO PREFEITO
"Afuá – a Veneza Marajoara"



descumprimento o infrator será notificado, e em caso de resistência será imediatamente autuado com a aplicação imediata da multa e apreensão da embarcação;

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não implica no fechamento de fronteiras do Município, mas apenas regula o deslocamento de pessoas a fim de evitar aglomeração, enquanto durar os riscos de proliferação do COVID-19.

Art. 8º. Restabelece o horário de funcionamento dos órgãos públicos do Município de Afuá, os quais funcionarão de 8h (oito horas), até às 14h (quatorze horas), até cessarem os riscos de proliferação do COVID-19;

Art. 9º. Ficam suspensos os atendimentos presenciais ao público nas repartições públicas municipais; exceto: na Unidade Mista de Saúde e nos postos de saúde; na Brigada de Incêndio; e na Secretaria de Assistência Social, sendo que essas poderão adotar estratégias de atendimento aos casos que não puderem ser adiados, até cessarem os riscos de proliferação do COVID-19;

Art. 10º. Fica proibida a circulação de pessoas (*lockdown* parcial), em todo o Município de Afuá, no horário das 21h até às 6h, até cessarem os riscos de proliferação do COVID-19;

Art. 11º. A violação do disposto neste Decreto, acarreta aos infratores, cumulativamente: a cassação do alvará de licença e funcionamento; com a interdição do estabelecimento comercial; com a apreensão da embarcação; e com a aplicação de multa de R\$500,00 a R\$5.000,00 (de acordo com o poder econômico do infrator); e detenção e multa nos termos do artigo 268 do Código Penal;

Art. 12º. Ficam os fiscais da Secretaria Municipal de Infraestrutura, os fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, os fiscais da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, e equipe de apoio de fiscalização composta por servidores públicos das demais Secretarias Municipais, autorizados a fiscalizar o cumprimento deste Decreto, e em caso de descumprimento aplicar as sanções previstas neste Decreto; e em caso de resistência por parte dos infratores, poderão pedir auxílio da Polícia Militar e Polícia Civil para conduzir os responsáveis pela embarcação, pelo estabelecimento comercial, ou os cidadãos que estiverem violando o Decreto, para a Delegacia de Polícia a fim de ser lavrado o boletim de ocorrência.

Art. 13º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Afuá-PA, em 21 de Janeiro de 2021.

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta prefeitura e no site www.afua.pa.gov.br

EM: 21/01/2021


CRISLENE SOUZA DE MELO
Agente Administrativo – DRH
CPF 985.055.052-04


ODIMAR WANDERLEY SALOMÃO
Prefeito Municipal de Afuá